



ADFA

PORTE
PAGO

**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIV - Nº 163

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Fevereiro — 1988 — 30\$00

Lei Orgânica do MDN consagra organismo para a reabilitação

A nova Lei Orgânica do Ministério da Defesa contempla uma aspiração por que a ADFA se vem batendo firmemente desde a extinção da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, colmatando assim um vazio indesejável que se prolongou por vários anos.

Pág. 5



**V Conferência Internacional
sobre Legislação**

As nossas propostas

Pág. 3

Em conferência de Imprensa, DC reclamou
**Estatuto de parceiro social
e tempos de antena
para organizações de deficientes**

Páginas centrais



**Federação de Desporto
para Deficientes
prepara**

Campeonatos Nacionais de Atletismo e Natação

A Federação de Desporto para Deficientes, apesar de não estar ainda concluído o seu processo legal de constituição, vai promover, entre Maio e Julho, os primeiros Campeonatos Nacionais de Atletismo e Natação — uma primeira etapa para a entrada no desporto de competição.

Pág. 12

**Vamos sensibilizar
os deputados
para a necessidade
de uma política
de reabilitação**

Pág. 3

**III Congresso
os caminhos
da
moderna
ADFA**

Pág. 12



Agenda

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• Portaria n.º 48/88, de 25 de Janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 20, de 25 de Janeiro de 1988.

— Actualiza os valores dos parâmetros de enquadramento da habitação de custos controlados constantes da Portaria n.º 65/87, de 29 de Janeiro, para vigorarem em 1988. Revoga a Portaria n.º 65/87, de 29 de Janeiro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

• Decreto-Lei n.º 19/88, de 21 de Janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1988, 3.º Suplemento.

— Aprova a Lei de gestão hospitalar.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

• Decreto Regulamentar n.º 3/88, de 22 de Janeiro de 1988, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 18 Suplemento, de 22 de Janeiro de 1988.

— Introduce alterações substanciais nos domínios dos órgãos e do funcionamento global do hospital, bem como quanto à estrutura dos serviços.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

• Portaria n.º 52/88, de 26 de Janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 1988.

— Fixam os custos máximos de construção por metro quadrado da área bruta e os valores máximos de venda das habitações por tipologia dos contratos de desenvolvimento para habitação (C.D.H.).

LEI N.º 2/88, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• Lei n.º 2/88, de 26 de Janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 21, Suplemento, de 26 de Janeiro de 1988.

— Lançamento Geral do Estado para 1988.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto-Lei n.º 25/88, de 30 de Janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1988.

— Define o regime remuneratório do pessoal nomeadamente do Gabinete.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto-Lei n.º 29/88, de 3 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1988.

— Concede facilidades temporárias para regularização voluntária de pagamento da taxa de Radiodifusão.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Decreto-Lei n.º 30/88, de 3 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1988.

— Define quais as entidades que são competentes para emitirem certificados comprovativos do exercício de actividades industriais, comerciais e agrícolas por profissionais independentes sempre que actos comunitários os prevejam como condição para o exercício das referidas actividades noutro Estado membro das Comunidades Europeias.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

• Decreto-Lei n.º 31/88, de 3 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1988.

— Regulamenta matéria sobre o direito de estabelecimento em Portugal dos farmacêuticos nacionais dos estados membros da Comunidade Económica Europeia.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto-Lei n.º 33/88, de 4 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 29, de 4 de Fevereiro de 1988.

— Concede facilidades na regularização de situações em falta quanto ao

pagamento da taxa de utilização da Televisão e Registo de aparelho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

• Decreto-Lei n.º 35/88, de 4 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 29, de 4 de Fevereiro de 1988.

— Cria um quadro distrital de professores do ensino primário e de Educadores de Infância, estabelecendo medidas no sentido de dar maior estabilidade àqueles docentes.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 41/88, de 6 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 31, de 6 de Fevereiro de 1988.

— Regulamenta o Dec.-Lei n.º 307/86, de 22 de Setembro, que estabeleceu certas isenções Contributivas para os trabalhadores independentes.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 86/88, de 9 de Fevereiro, publicada no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 33, de 9 de Fevereiro de 1988.

— Determina que o imposto sobre veículos relativo ao ano de 1988, seja liquidado e pago durante os meses de Abril e Maio do mesmo ano.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 46/88, de 11 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 1988.

— Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 97/88, de 11 de Fevereiro, publicada no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 1988.

— Regulamenta a instrução de condição de veículos automóveis na Marinha e a Concessão dos respectivos documentos de habilitação legal para conduzir.

• Sangue novo no ELO

Cândido Patuleia Mendes, actual primeiro-secretário da Direcção Central passa a desempenhar as funções de director do nosso jornal a partir do próximo número, enquanto Lima Cascada, que durante vários anos desempenhou esse cargo, passará a ser responsável por um departamento encarregado de coordenar todas as acções da ADFA nos domínios da cultura, desporto e dinamização da vida associativa e jornal ELO.

Estas alterações traduzir-se-ão sobretudo num reforço da equipa que actualmente produz o nosso jornal, já que Lima Cascada, quer por via da suas novas funções, quer por expressa vontade da equipa redactorial, continuará a acompanhar de perto a feita mensal deste órgão de Comunicação Social, pioneiro na divulgação das questões relativas às pessoas deficientes.

• Clínica do Homem

A ADFA vai lançar um novo serviço de apoio médico aos seus associados e familiares, através do estabelecimento de um acordo com a Clínica do Homem, dirigida pelo sócio dr. José Pereira da Silva, médico especializado em andrologia e urologia.

O novo serviço, cujo arranque está previsto para Abril — e sobre o qual voltaremos a falar com maior desenvolvimento no próximo número — incluirá consultas na Sede para os sócios e familiares e, condições especiais para tratamento em clínica especializada.

• Entrevista

A revista do SNR — «Reabilitação» — cujo reaparecimento deverá

ocorrer dentro em breve, entrevistou elementos da Direcção Central da ADFA para o seu primeiro número após um longo período de suspensão de edições. Ficamos atentos.

• General Altino Magalhães visita Sede

O general Altino de Magalhães, presidente da Liga dos Combatentes, visitou a Sede da ADFA na véspera da publicação deste número do ELO, a convite da direcção Central e no âmbito dos contactos bilaterais existentes entre as duas entidades.

No próximo número contamos dispor de mais informações sobre o acontecimento.

• Deficientes em serviço: debate

Um grupo de trabalho constituído na Sede para a análise e apresentação de soluções para os problemas dos associados deficientes em serviço vai reunir na quarta-feira, dia 24, tendo em vista a apresentação de novas propostas ao Governo, à luz dos princípios que a ADFA irá defender em Abril na Áustria, durante a V Conferência Internacional sobre legislação

relativa a ex-combatentes, promovida pela FMAC e sobre a qual apresentamos mais noticiário nas páginas seguintes.

• Conselho Nacional no dia 27

O Conselho Nacional vai reunir no dia 27 deste mês, na Sede, a fim de apreciar e votar o Orçamento da ADFA para 1988, a proposta de regulamento do Congresso e bem assim o relatório do próprio Conselho Nacional. Da agenda conta ainda um ponto dedicado a informações.

• Alterações na portaria da sede

Face ao avanço das diligências para a obtenção de nova sede e em cumprimento do despacho do secretário de estado adjunto do ministro da defesa Nacional que aprova a construção de uma sede de raiz, a portaria do Palácio da Independência passará a ser da responsabilidades da Soc. Histórica da Independência de Portugal a partir de 1 de Abril próximo. Esta mudança em nada afectará, no entanto, o normal acesso dos sócios aos serviços da ADFA.

Dia 12 de Março
Sábado
14H30

Reunião de Sócios

para prestação de informações e debate sobre a preparação do

III CONGRESSO DA ADFA

Faro/Convocatória

Nos termos do art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca-se uma Assembleia Geral da Delegação de Faro para o dia 26 de Fevereiro de 1988, pelas 18 horas, na sede desta delegação, Rua de São Pedro n.º 30, na cidade de Faro, a fim de:

proceder à apreciação e votação do relatório de contas e actividades da Direcção da Delegação e parecer do Conselho Fiscal relativamente à gerência de 1987

A DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO
José Nicolau Rufino



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Abel Fortuna, Armindo Roque, Cid dos Santos, Jerónimo de Sousa, José Maia, Paula Fevereiro e Vitorino Martins

REUNIÃO COM O SNR

ADFA vai sensibilizar deputados para a necessidade de uma política de reabilitação

A Direcção Central foi recebida pelo secretário nacional de Reabilitação, no dia 9 de Fevereiro, tendo informado o dr. Fouto Pólvora de que a ADFA vai proceder a uma acção de sensibilização dos deputados e grupos parlamentares, para a necessidade de avançar com a Lei Base da Reabilitação e a adopção de medidas concretas de política contidas no documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação».

Outros temas abordados durante o encontro foram o da sede, a respeito do qual a DC deu conhecimento das diligências em curso, e a realização do III Congresso da ADFA, em Dezembro, para o qual irá ser convidado o responsável pelos assuntos relativos às pessoas deficientes na Comissão Europeia.

A ADFA solicitou, por outro lado, o apoio concreto do SNR na área legislativa, pois entendemos que esse órgão deve participar e ter uma palavra a dizer na revisão do Estatuto da Aposentação — actualmente em estudo. A ADFA propôs que no SNR seja criado um grupo de trabalho para estudar a situação das pessoas abrangidas por esse estatuto, e reafirmou a sua posição de que os acidentados em serviço com mais de 60 por cento de desvalorização, devem ter as mesmas regalias que os deficientes de campanha.

Foi igualmente abordada a situação dos sócios africanos e defendida a necessidade de reactivação do grupo de trabalho interdepartamental para o estudo da sua situação, que já chegou a existir no Secretariado Nacional de Reabilitação. Foi ainda dado conhecimento ao dr. Fouto Pólvora do Programa de Formação Profissional da ADFA para 1988, que inclui um curso de Cerâmica, especialmente orientado para esses nossos sócios.

Foi, por outro lado, solicitado ao SNR, que coloque uma assistente social na ADFA com vista ao levantamento e acompanhamento dos problemas humanos de muitos dos nossos associados a que os nossos serviços têm dificuldade em dar resposta, tendo-se verificado a existência de abertura por parte do secretário nacional para a concretização desse pedido.

Outro tema debatido nesta reunião foi a V

Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes, à qual o SNR enviará dois representantes.

A ADFA propôs que se realize uma reunião com todos os participan-

gumas emendas que lhe foram introduzidas, encontra-se praticamente concluída, em termos de poder ser apreciada em breve pelo Conselho Nacional de Reabilitação.

Ao longo das discus-



tes portugueses nessa conferência, prevendo-se que possa vir a ter lugar dentro em breve.

Proposta de Lei Base concluída

A proposta de Lei Base da Reabilitação, após al-

sões dessa proposta, a ADFA vem defendendo que o diploma deverá, necessariamente, contemplar a questão da Informação, consagrando a necessidade de levar, de forma sistemática e continuada, ao conhecimento de toda a sociedade as questões relativas às pessoas deficientes, visto tra-



tar-se de uma problemática que a todos diz respeito.

Reunião, dia 29 na sede

A ADFA participa, por outro lado, em todos os subgrupos encarregados de estudar as propostas a fazer ao Governo para aplicação escalonada das

medidas constantes do documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação», e, no dia 29, vai realizar-se na sede uma reunião de balanço da primeira ronda de trabalhos desses subgrupos, com a finalidade de coordenar e articular a estratégia de prioridades a defender nos vários domínios.

Coordenadores das subcomissões

- 1 — PREVENÇÃO — Dr. Carvalho
- 2 — REABILITAÇÃO MÉDICA — Dr. Carvalho
- 3 — EDUCAÇÃO — Dr.ª Teresa Gaspar
- 4 — REABILITAÇÃO PROFISSIONAL — Dr.ª Teresa Gaspar
- 5 — INTEGRAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL — Dr.ª Teresa Gaspar
- 6 — MOBILIDADE/ACESSIBILIDADE — Dr.ª Teresa Gaspar
- 7 — AJUDAS TÉCNICAS/NOVAS TECNOLOGIAS — Dr. Carvalho
- 8 — TEMPOS LIVRES — Dr.ª Júlia Vasconcelos
- 9 — REABILITAÇÃO PSICO-SOCIAL — Dr. Carvalho
- 10 — INFORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO — Dr.ª Júlia Vasconcelos
- 11 — FORMAÇÃO DE PESSOAL — Dr.ª Júlia Vasconcelos
- 12 — INVESTIGAÇÃO/ESTATÍSTICA — Dr.ª Júlia Vasconcelos
- 13 — ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO — Dr.ª Teresa Gaspar

Representantes da ADFA

- 1 — PREVENÇÃO — Sr. Mendonça
- 2 — REABILITAÇÃO MÉDICA — Sr. Mendonça e Sr. Alves
- 3 — EDUCAÇÃO — Sr. Roque
- 4 — REABILITAÇÃO PROFISSIONAL — Dr. Jerónimo e Dr. Sarmiento Coelho
- 5 — INTEGRAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL — Dr. Jerónimo e Dr. Sarmiento Coelho
- 6 — MOBILIDADE/ACESSIBILIDADE — Sr. Pinto e Sr. Maltês
- 7 — AJUDAS TÉCNICAS/NOVAS TECNOLOGIAS — Dr. Jerónimo
- 8 — TEMPOS LIVRES — Sr. Roque
- 9 — REABILITAÇÃO PSICO-SOCIAL — Sr. Lopes Dias e Sr. Arruda
- 10 — INFORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO — Sr. Lopes Dias e Sr. Arruda
- 11 — FORMAÇÃO DE PESSOAL — Sr. Alves
- 12 — INVESTIGAÇÃO ESTATÍSTICA — Dr. Cascada
- 13 — ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO — Sr. Lopes Dias e Sr. Arruda



V Conferência Internacional sobre legislação

As nossas propostas

Na V Conferência Internacional sobre legislação relativa a ex-combatentes que decorrerá em Bad Ischl, Áustria, de 21 a 24 de Abril próximo, a ADFA vai apresentar quatro propostas, relativas à situação dos grandes deficientes, ao conceito de indemnização, à possibilidade de revisão do grau de incapacidade e às doenças agravadas em serviço.

Essas propostas, que terão o carácter de recomendação aos governos de todos os países membros da FMAC, consubs-

tanciam o fundamental da experiência da nossa Associação na defesa dos seus associados e expressam as mais prementes

aspirações dos deficientes militares portugueses, e delas foi já dado conhecimento prévio aos departamentos nacionais implicados: Ministério da Defesa Nacional, Secretaria Nacional de Reabilitação e Estado-Maior General das Forças Armadas, assim como ao vice-residente para a Europa da Rehabilitation International, coronel Vilalobos que, nessa qualidade, estará presente em Bad Ischl em Abril.

Propostas de resolução a apresentar à 5.ª Conferência sobre Legislação, a realizar em Bad Ischl (Áustria)

GRANDES DEFICIENTES

«Considerando que existem deficientes militares portadores de grande deficiência auferindo pensões de reduzidíssimo valor.

«Considerando que estes deficientes suportam encargos adicionais directamente relacionados com a deficiência, tais

como: medicação diária, assistência médica assídua, dificuldade de utilização de transportes públicos e necessidade dos serviços de acompanhante.

«Considerando que a reabilitação dos deficientes e a sua reinserção na sociedade pressupõe um processo contínuo, global e dignificante.

Propõe-se que todos os países com Associações representadas na F. M. A. C. reconheçam aos militares com grau de deficiência igual ao superior a 60 por cento, em consequência de acidente ou doença ocorridos em zona de possível contacto com tropas inimigas, os mesmos direitos já consignados para os militares deficientes em serviço de campanha.»

INDEMNIZAÇÃO

«Considerando que as importâncias pagas, a título de pensão, aos militares que se deficientaram em combate não podem deixar de ser consideradas como uma compensa-

ção pelos danos morais e físicos sofridos.

«Considerando que tais importâncias não podem nem devem ser consideradas como rendimento.

«Propõe-se que os países com Associações representadas na F. M. A. C. reconheçam que as importâncias pagas aos militares que se deficientaram em combate tenham tão somente a natureza de indemnização pelos danos sofridos.»

DEONÇAS AGRAVADAS

«Considerando que os militares que no cumprimento dos seus deveres sofreram agravamento de lesão ou doença não têm direito a qualquer indemnização, excepto quando em serviço de campanha.

«Considerando que existem nesta situação militares com 100 por cento de incapacidade e, por isso mesmo, impossibilitados de angariar meios de subsistência.

«Considerando que o Estado deve assumir para com os militares que no cumprimento da sua missão patriótica sofreram

agravamento de lesão ou doença a obrigação de reparar todos os danos morais e físicos sofridos.

«Propõe-se que os países com Associações representadas na F. M. A. C. reconheçam a equiparação a acidente ou doença em serviço as situações de lesão ou doença, pelos competentes serviços, reconhecidas como agravadas em serviço e por virtude do seu desempenho.»

REVISÃO DO GRAU DE INCAPACIDADE

«Considerando que, na generalidade dos casos, a deficiência se agrava com a idade.

«Considerando que tal agravamento tem repercussões no plano social e económico.

«Propõe-se que os países com Associações na F. M. A. C. reconheçam aos militares que se deficientaram em combate o direito a requererem sem limitação de tempo a revisão do grau de incapacidade que lhe foi fixado.»

RENAULT 21 Nevada

Turbo DX Diesel

o imenso espaço o prazer intenso

O imenso espaço de uma viatura para 5 ou 7 lugares, 338 dm³ ou 1,7 m³ de volume útil (conforme a disposição do banco traseiro), 313° de ângulo de visibilidade.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel).

Um soberbo motor Diesel Turbo com uma cilindrada de 2068 cm³, que desenvolve uma potência máxima de 88 CV às 4250 rpm e que permite atingir 172 km/h de velocidade máxima.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel) alia a potência à economia: 5,2l de gasóleo à velocidade estabilizada de 90 km/h. Sem esquecer, evidentemente, o elevado nível dos acabamentos, a insonorização de alta qualidade, os equipamentos completos, o conforto na sua mais elevada expressão. Em suma, tudo o que proporciona uma superior qualidade de vida a bordo e um intenso prazer de conduzir. Porque a robustez não é inimiga da elegância, porque a eficiência é compatível com o bom-gosto,

o RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel) é a resposta tecnológica aos problemas do dia-a-dia.

RENAULT 21 Nevada turbo DX (Diesel).

A versão mais recente de uma gama completa a gasolina e a diesel.



RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S.A.R.L.
SERVIÇOS DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
Tels. 319293/4 1900 LISBOA



Audiência com o secretário de Estado da Defesa

ADFA reivindica Estatuto do Combatente

Durante esta audiência foram entregues ao dr. Eugénio dos Santos Ramos as quatro propostas que a ADFA irá apresentar na V Conferência Internacional sobre Legislação (ver notícia noutro ponto desta edição), tendo sido reafirmado o interesse de que o Governo português corresponda positivamente ao convite que, na pessoa do ministro da Defesa Nacional, lhe foi feito pela Federação Mundial dos Antigos Combatentes, fazendo-se representar nessa importante reunião internacional onde estarão presentes governantes de países da Europa e da NATO.

Foram, por outro lado, expostas as diligências efectuadas com vista à obtenção de nova sede para a ADFA, verificando-se da parte daquele

A DC da ADFA foi recebida pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa Nacional, dr. Eugénio dos Santos Ramos, no início do mês de Fevereiro, tendo exposto àquele membro do Governo várias questões entre as quais avultam as relacionadas com a nova sede, a V Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes e a nossa reivindicação de que um Estatuto do Combatente, à semelhança dos existentes noutros países da Europa e da NATO, venha pôr termo ao carácter disperso e, por vezes, desconexo da legislação que nos abrange.

governante a existência de disponibilidade para ouvir as nossas razões e colaborar na solução dos problemas.

Africanos: vontade de resolver a situação

No plano legislativo, foram colocadas ao secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa Nacional várias questões, entre elas a dos nossos sócios africanos deficientes civis das Forças Arma-

das, cujo processo de obtenção de nacionalidade portuguesa e habilitação a uma pensão indemnizatória foi legislado em termos pouco satisfatórios, impondo-lhes um prazo para a entrega de documentos que muitos deles não conseguiram cumprir, também não tendo sido coroadas de êxito as várias tentativas da ADFA para resolver a questão por recurso ao Supremo Tribunal Administrativo.

A Secretaria de Estado da Defesa Nacional está a elaborar um estudo sobre o assunto e manifesta vontade de resolver a situação, aguardando-se uma solução a curto prazo.

A DC teve ainda ocasião de chamar mais uma vez a atenção do Governo para o carácter disperso da legislação sobre ex-combatentes que se encontra em vigor, e para a conveniência de ser criado um Estatuto de Combatente, à semelhança dos existentes na generalidade dos países membros da FMAC.

Por sugestão do dr. Eugénio dos Santos Ramos, a ADFA vai apresentar um memorando sobre o assunto e aquele governante mostrou-se aberto ao estudo desta questão.

Director dos Serviços da Saúde preocupado com o atendimento a pessoas deficientes

O director dos Serviços de Saúde do Estado-Maior do Exército, brigadeiro-médico Pinheiro, promoveu uma reunião com responsáveis dos Serviços Sociais das Forças Armadas, Hospital Militar Principal, Quarta Repartição do Estado-Maior do Exército, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, Hospitais Cívicos de Lisboa, e elementos da Direcção-Central da ADFA, com vista a auscultar os vários serviços quanto à forma como se processa o atendimento da pessoa deficiente.

Consulta de Fisioterapia

Particularmente em foco nesta reunião, estiveram as questões que se prendem com o atendimento no Serviço de Fisioterapia do Hospital Principal e a continuação

das deslocações de deficientes das Forças Armadas ao Hospital Militar de Hamburgo em casos de necessidade de cuidados médicos e de reabilitação não possíveis de obter em Portugal.

A ADFA — que se congratula com a preocupação manifestada pela Direcção dos Serviços de Saúde ao proceder a esta auscultação, defendeu que o recurso ao Hospital Militar de Hamburgo não deverá terminar, visto não haver instituições susceptíveis de prestar os mesmos cuidados em Portugal, e expôs a sua posição de defesa de uma resposta mais capaz e mais digna no atendimento a pessoas deficientes nos estabelecimentos de saúde nacionais.

Reunião com sócios

Lembramos que estas questões têm estado bem

no centro das preocupações da nossa Associação, que havia também já procedido a um levantamento da situação junto dos sócios, através de reuniões, a última das quais teve lugar na sede em 26 de Janeiro.

A Direcção Central pediu, entretanto, uma nova audiência ao brigadeiro Pinheiro, a qual irá concretizar-se na sexta-feira,

dia 27 de Fevereiro, com a presença de elementos da Delegação do Porto, tendo em vista colocar à disposição da Direcção dos Serviços de Saúde a larga experiência da nossa Associação no atendimento de pessoas com deficiências no Centro de Meios Ortopédicos que funciona há mais de uma década na Delegação do Porto.

Direcção Central recebida pelo general Soares Carneiro

Elementos da Direcção Central da ADFA foram recebidos, em 9 de Fevereiro, pelo vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Soares Carneiro, ao qual entregaram documentos relacionados com assuntos pendentes em vários domínios da actividade da nossa Associação, nomeadamente as propostas a apresentar à V Conferência Internacional da FMAC sobre legislação relativa a ex-combatentes, um documento de princípios a respeito do futuro do Lar Militar e um memorando sobre a consulta de Fisioterapia do Hospital Militar Principal.

A Direcção constatou mais uma vez que o general Soares Carneiro acom-

panha muito de perto as questões que dizem respeito aos deficientes das Forças Armadas e manifesta grande abertura, compreensão e solidariedade para com os nossos problemas.

Entre as questões levadas ao conhecimento daquele alto responsável militar avultam as quatro propostas que irão ser apresentadas pela ADFA na V Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes (ver notícia noutro local) e as relativas à consulta de Fisioterapia no HMP — a respeito das quais foi entregue ao general Soares Carneiro um memorando com as principais apreciações produzidas na reunião de utentes dessa consulta realizada na Sede em 26 de Janeiro.

Lei Orgânica do MDN prevê organismo militar para a reabilitação

A nova Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, recentemente publicada em «Diário da República», estabelece que seja criado, no âmbito desse ministério, um organismo destinado a intervir em todas as acções relacionadas com a reabilitação dos deficientes das Forças Armadas.

É assim, satisfeita uma reivindicação que a ADFA manifestava desde a extinção da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA).

A ADFA recebeu esta medida com natural satisfação, pois, ao criar um órgão para preencher o vazio deixado pelo desaparecimento da CMRA, o Governo mostra-se sensível à especificidade dos problemas dos deficientes militares.

Com vista à concretização desta medida, a ADFA apresentou já uma proposta concreta, elaborada à luz da experiência colhida dos países membros da FMAC, onde a situação específica dos deficientes militares e dos ex-combatentes em geral merece uma atenção particular por parte do Poder.

A título de exemplo, bastará lembrar que em França as acções no domínio da reabilitação dos deficientes militares estão entregues a um departamento governamental com a categoria de secretaria de Estado.

Lembramos ainda que a consagração legal do princípio de criação de um órgão susceptível de preencher o vazio criado pela extinção da CMRA, em 1981, coroa uma longa luta que a ADFA vem travando desde esse ano, constituindo um compromisso já anteriormente assumido pela secretaria de Estado da Defesa, na pessoa do seu anterior titular, dr. Figueiredo Lopes.

Esperamos, agora, que seja rápida a concretização do estabelecido pela Lei Orgânica da Defesa Nacional neste domínio, devolvendo aos deficientes militares esse órgão de fundamental importância para a resolução dos problemas que se lhes colocam.

Viaturas RENAULT

	PREÇO BASE	P. V. P.
RENAULT 5-CAMPUS	774 927\$00	1 036 067\$00
RENAULT 5-SL	795 417\$00	1 123 407\$00
RENAULT 5-TL-3P	854 184\$00	1 192 164\$00
RENAULT 5-GTR-3P	919 854\$00	1 332 389\$00
RENAULT 5-GTX-3P	1 056 295\$00	1 624 826\$00
RENAULT 5-TL-5P	897 386\$00	1 242 711\$00
RENAULT 5-GTR-5P	965 569\$00	1 385 876\$00
RENAULT 5-GTD-5P	1 232 734\$00	2 174 075\$00
RENAULT 5-GT-Turbo	1 730 036\$00	2 413 103\$00
RENAULT 5-BACCARA	1 363 967\$00	1 984 802\$00
RENAULT 9-GTC-Super	1 042 683\$00	1 476 099\$00
RENAULT 9-GTS	1 152 184\$00	1 757 016\$00
RENAULT 9-TSE	1 301 014\$00	1 911 147\$00
RENAULT 9-GTD	1 350 099\$00	2 311 392\$00
RENAULT 9-Turbo	1 647 834\$00	2 316 926\$00
RENAULT 11-GTC Super	1 113 305\$00	1 558 727\$00
RENAULT 11-BTS	1 225 243\$00	1 822 495\$00
RENAULT 11-TSE	1 375 715\$00	1 998 547\$00
RENAULT 11-GTD	1 447 181\$00	2 424 978\$00
RENAULT 11-Turbo 3P	1 687 250\$00	2 363 043\$00
RENAULT 11-Turbo 5P	1 777 908\$00	2 469 113\$00
RENAULT 21-GTS	1 421 687\$00	2 452 644\$00
RENAULT 21-RS	1 534 037\$00	2 584 094\$00
RENAULT 21-GTD	1 588 157\$00	5 875 374\$00
RENAULT 21-TDX	1 858 986\$00	6 292 244\$00
RENAULT Nevada TDX-7 lugares	2 069 888\$00	6 538 999\$00
RENAULT Nevada TDX-5 lugares	1 989 888\$00	6 438 999\$00
RENAULT Expresso-5 lugares	998 400\$00	1 360 897\$00
RENAULT Nevada GTS-5 lugares	1 541 493\$00	2 592 817\$00
RENAULT Nevada GTS-7 lugares	1 599 417\$00	2 660 588\$00

PREÇOS COM PINTURA NORMAL

As versões «DIESEL» dos «RENAULT 5, 9 e 11» apresentam o motor de 1595 c.c., 55 cv beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com pré aquecimento de gasóleo.

TODOS OS SÓCIOS INTERESSADOS NAS VIATURAS DA GAMA «RENAULT» PODEM PEDIR INFORMAÇÕES NA SEDE OU NAS NOSSAS DELEGAÇÕES.



Sociedade Representações e Consignações Lda

REVESTIMENTOS TAPEÇARIAS E DECORAÇÕES

15 por cento de desconto aos sócios da ADFA

- ALCATIFAS
- COLAS
- PAPÉIS PINTADOS
- PAVIMENTOS VINÍLICOS
- CORTIÇAS, ETC.
- TECTOS FALSOS

LOJA 1 - R. Elias Garcia, 153-B - ☎ 4 947 985 - 2700 AMADORA

Descentralização palavra chave para o relançamento da vida associativa

No «ELO» de Novembro do ano passado, na pág. 2, vinha um artigo — «Festa de Natal da sede em Alcobaca-Descentralizar e afirmar a unidade da vida, associativa são os objectivos fundamentais da Festa de Natal da sede...»

Motivos de ordem particular não me permitiram estar presente. Tive pena, sempre seria uma forma de conviver e trocar impressões com sócios que há já muito tempo não vejo.

Os propósitos deste artigo não são o falar sobre o Natal e dos diversos modos de o festejar, com ele pretendo contribuir para o encontro de formas que levem ao relançamento da vida associativa.

A palavra «descentralizar» inserta no artigo do «ELO» de Novembro ficou-me gravada e por várias vezes me perguntei se esta seria uma das melhores formas de levar à prática a descentralização associativa. A resposta veio em Dezembro com o artigo «Festa de Natal da Sede-Apesar de o tempo não ter ajudado e não ter sido grande a afluência dos sócios... esta constituiu um êxito, com uma participação importantíssima de familiares e filhos dos associados presentes.

As ideias que vinha condensando ganharam melhor forma.

Em minha opinião, a sede da nossa associação não caminhou com esta iniciativa para a descentralização.

Descentralizar a vida associativa não é só isto.

Que me desculpem os sócios do núcleo de Alcobaca que sei terem-se empenhado uma vez mais para levarem a bom termo uma iniciativa importante.

Em 1984 foi aprovado, no Conselho Nacional, um documento intitulado «PARA UM RELANÇAMENTO DA VIDA ASSOCIATIVA» que a data altura diz — «A prática associativa deverá ser liberta do imobilismo e formalismo que tende a dominar-nos. Deverá ser caracterizada pela diversidade, com reuniões e convívios frequentes nos mais diferentes locais do País, estabelecendo assim a ligação entre os sócios e os elementos mais responsáveis.

Neste domingo, os núcleos deverão desempenhar um papel importante.

Se lermos com atenção os nossos estatutos verificamos que o Art.º 55 diz

— «O núcleo é a estrutura mínima da ADFA e tem como função garantir a participação directa dos sócios na vida associativa, através de uma estreita ligação local.»

Tem-se verificado que um dos grandes problemas enfrentados pela nossa associação é o de fazer chegar a todos os sócios o espírito associativo e a difusão atempada da informação.

Uns dirão que o «ELO» tem essa função, outros dizem que só isso não chega.

Os núcleos podem vir a desempenhar um papel muito importante na vida associativa. A sua criação de forma organizada viria a beneficiar o relançamento associativo.

A sede e as delegações têm um papel importante a desenvolver, principalmente no que se refere à instauração de processos, no carácter reivindicativo, na defesa dos interesses dos associados na área da sua jurisdição, na sensibilização das autoridades locais para a problemática da deficiência e da reabilitação.

Aos núcleos caberia a forma de juntar sócios em formas de convívio e de troca de informações.

Criar núcleos pode ser difícil. Nesse aspecto as direcções, central e de delegação, têm um papel importante a desenvolver.

Em Portugal existem regiões aonde infelizmente a concentração de deficientes militares se faz sentir em percentagens elevadas.

Começemos por elas (não importa que sejam sedes de distrito, de concelho, ou com um organismo militar próximo). Promova-se uma reunião com os sócios dessa zona. Explique-se aos sócios o que se pretende. Aguardem-se as respostas. Procure-se mobilizá-los para a formação de um núcleo nesse local.

A primeira tentativa pode não resultar. Deve-se persistir, diversificar os contactos, procurar outros locais, provocar outros encontros.

Em todas as diligências deve-se procurar explicar as vantagens que estão subjacentes à criação dos núcleos como por exemplo:

— Facilidade no pagamento de quotas (basta um deslocar-se à sede/delegação e efectuar a liquidação das quotas dos outros componentes do núcleo).

— Facilidade na troca de informação (Um sócio

deslocando-se com frequência à sede/delegação pode trazer e levar a informação desejada).

— Organização de convívios, torneios desportivos e outros inter-núcleos/sede/delegações.

— Forma de mantermos viva a nossa associação e não perdermos o contacto uns com os outros.

O núcleo não necessita à partida de sede própria.

Para a recepção de correspondência basta que um sócio ofereça a sua morada ou se arranje um apartado, caixa postal etc. As reuniões podem ser efectuadas nos locais mais diversos (uma sala de uma colectividade, um café, a casa de um sócio etc.). O importante é que elas se realizem e que os sócios responsáveis pelo núcleo as dinamizem.

Esta é a meu ver uma das formas de descentralização.

Criar núcleos.

O erro em que a sede caiu foi o de ter transferido toda a festa do Natal para Alcobaca.

A sede deveria ter apoiado esta iniciativa, incrementá-la e divulgá-la de forma mais eficaz junto dos sócios. Ao mesmo tempo não deveria esquecer que em Lisboa existem muitos sócios que gostariam de ter uma festa de Natal e não têm facilidades de deslocação.

A delegação do Porto descentralizou. Não descurou a festa de Natal na delegação e foi mais longe, promoveu festas em diversos locais (Amarante, Sta. Maria da Feira, Viana do Castelo e Paredes). Não sei qual foi o resultado deste esforço... mas é um bom começo.

Outro tipo de descentralização são os torneios (desportivos e outros).

Podem não ser necessariamente efectuados na sede/delegações, podem ir a outras regiões aonde aglomeração de sócios exista.

No encontro de melhores formas de revitalizar a ADFA encontra-se a arte e o empenhamento das direcções.

Ao promoverem-se iniciativas locais convive-se lança-se o nome da ADFA e sensibiliza-se a população para a problemática da deficiência.

Descentralizar visando revitalizar a associação é uma forma de trabalho que também contribui para reabilitar e reintegrar na sociedade todos os sócios que sejam deficientes.

Henrique Mendonça



A ADFA convocou os órgãos de Comunicação Social para uma conferência de Imprensa — realizada no dia 10 de Fevereiro — em que foram dadas a conhecer aos jornalistas e ao público em geral as posições que iremos defender na V Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes e as que, no plano nacional, desejamos ver levadas à prática na prossecução de uma política global de reabilitação que tenha em conta a nossa voz e necessidade particulares.

Demos também a conhecer a situação actual da sede, a realização do nosso III Congresso em Dezembro e várias questões anacrónicas que subsistem no plano legislativo.

Respondendo a perguntas dos jornalistas presentes, José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves, da Direcção Central, afirmaram expressivamente a ideia de que os problemas das pessoas com deficiências dizem respeito não apenas aos próprios mas a toda a sociedade e, como tal devem ser tratados pelos governantes e pelos órgãos de Comunicação, justificando-se que lhes seja concedido «tempo de antena» e o estatuto de parceiro social.

A V Conferência Internacional sobre Legislação, primeiro tema desta conferência de Imprensa, foi explanada quanto a sua importância, «certos que a recolha de experiências, e as respostas já explicadas noutros países, concretamente a realidade Francesa, saída da guerra Franco-Angelina; bem como a realidade dos veteranos da guerra do Vietnam, nos E.U.A, em alguns aspectos análoga à nossa, proporcionarão, em nosso entender, por princípio, uma mais clara compreensão e o assumir de medidas legislativas, que venham resolver algumas injustiças no plano dos direitos dos deficientes militares».

Os elementos da DC afirmaram depois pensar que o Estado Português «terá que assumir e reconhecer todo o esforço e sacrifício, muitas vezes com o risco da própria

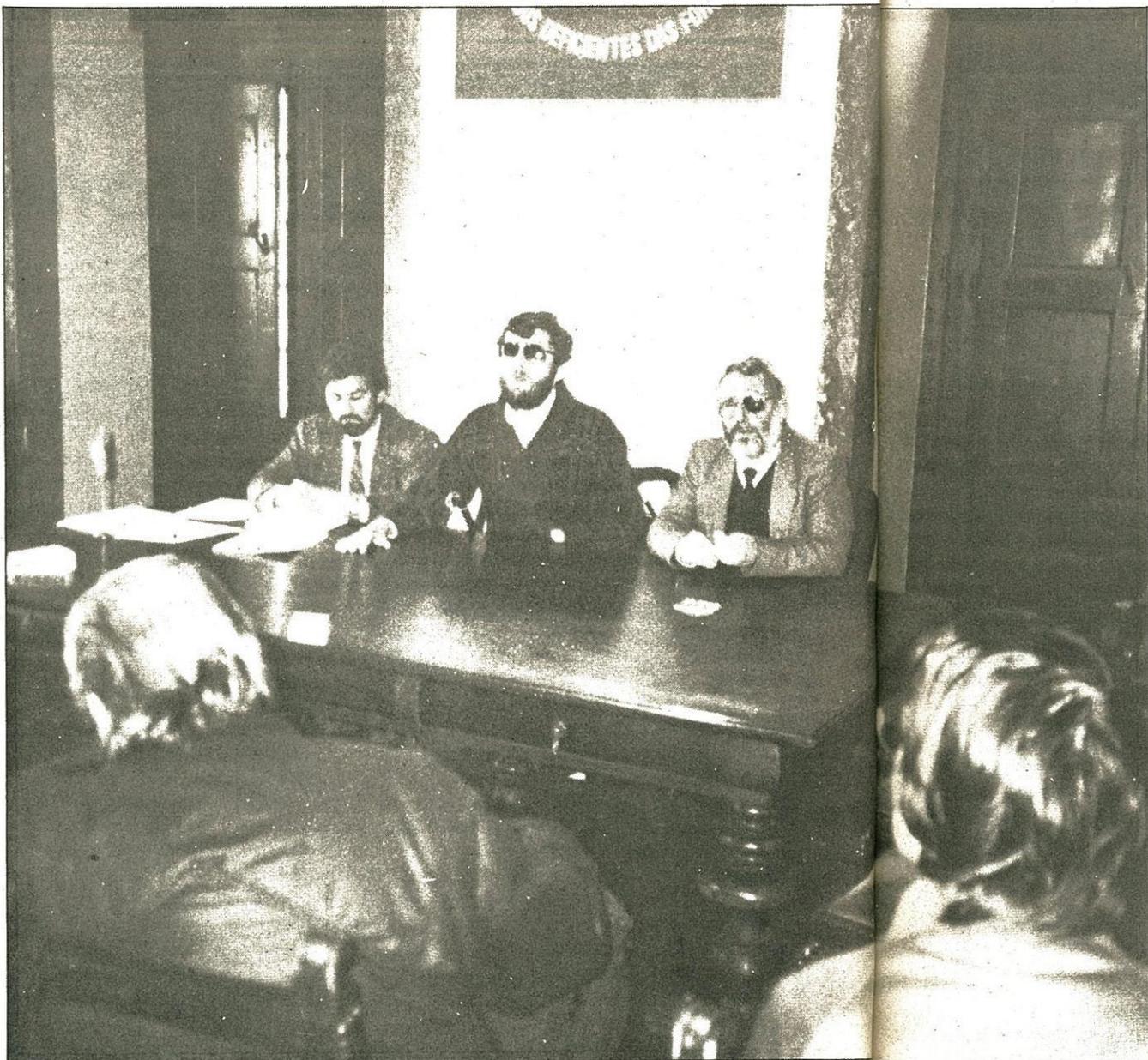
vida, de cerca de 1 milhão de Antigos Combatentes que passaram pela guerra em África. Nós, A.D.F.A., queremos contribuir com a nossa experiência enriquecida nos contactos internacionais, desmistificando os fantasmas e os tabus que

a Guerra implantou na Sociedade Portuguesa. Para nós, o ciclo do Império começou com a epopeia dos Descobrimentos e encerrou com a final dessa mesma guerra. A História terá que se assumir no seu todo, a Nação não pode ignorar

«Concessão do estatuto de parceiro social às organizações de e para pessoas com deficiências indigitadas para esse fim pelas Associações com assento no Conselho Nacional de Reabilitação»

«Criação de suportes legais que permitam a utilização, de forma sistematizada, dos «mass media»

Medidas práticas a propor ao Governo, constantes do documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação», aprovado pelo CNR



A ADFa convocou os órgãos de Comunicação Social para uma conferência de Imprensa — realizada no dia 10 de Fevereiro — em que foram dadas a conhecer aos jornalistas e ao público em geral as posições que iremos defender na V Conferência Internacional sobre Legislação relativa a ex-combatentes e as que, no plano nacional, desejamos ver levadas à prática na prossecução de uma política global de reabilitação que tenha em conta a nossa voz e necessidade particulares.

Demos também a conhecer a situação actual da sede, a realização do nosso III Congresso em Dezembro e várias questões anacrónicas que subsistem no plano legislativo.

Respondendo a perguntas dos jornalistas presentes, José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves, da Direcção Central, afirmaram expressivamente a ideia de que os problemas das pessoas com deficiências dizem respeito não apenas aos próprios mas a toda a sociedade e, como tal devem ser tratados pelos governantes e pelos órgãos de Comunicação, justificando-se que lhes seja concedido «tempo de antena» e o estatuto de parceiro social.

A V Conferência Internacional sobre Legislação, primeiro tema desta conferência de Imprensa, foi explanada quanto a sua importância, «certos que a recolha de experiências, e as respostas já explicadas noutros países, concretamente a realidade Francesa, saída da guerra Franco-Angelina; bem como a realidade dos veteranos da guerra do Vietnam, nos E.U.A., em alguns aspectos análoga à nossa, proporcionarão, em nosso entender, por princípio, uma mais clara compreensão e o assumir de medidas legislativas, que venham resolver algumas injustiças no plano dos direitos dos deficientes militares».

Os elementos da DC afirmaram depois pensar que o Estado Português «terá que assumir e reconhecer todo o esforço e sacrifício, muitas vezes com o risco da própria

vida, de cerca de 1 milhão de Antigos Combatentes que passaram pela guerra em África. Nós, A.D.F.A., queremos contribuir com a nossa experiência enriquecida nos contactos internacionais, desmistificando os fantasmas e os tabus que

a Guerra implantou na Sociedade Portuguesa. Para nós, o ciclo do Império começou com a epopeia dos Descobrimientos e encerrou com a final dessa mesma guerra. A História terá que ser assumida no seu todo, e a Nação não pode igno

«Concessão do estatuto de parceiro social às organizações de e para pessoas com deficiências indigitadas para esse fim pelas Associações com assento no Conselho Nacional de Reabilitação»

«Criação de suportes legais que permitam a utilização, de forma sistematizada, dos «mass media»

Medidas práticas a propor ao Governo, constantes do documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação», aprovado pelo CNR

rar ou apagar parte dela. Nós, os Deficientes das Forças Armadas, somos personagens vivas dessa História; somos credores por parte da Nação de um reconhecimento digno. As questões ideológicas estão fora das nossas preocupações; exigimos dignidade, pois deficientámo-nos no cumprimento de um Dever ao Serviço da Pátria».

Foi depois exposta em pormenor a situação da sede e feito o ponto às diligências em curso para a concretização de uma alternativa:

Sede: o grande desafio

«Um grande desafio nos propusemos assumir, quando em 24 de Outubro passado o Conselho Nacional da A.D.F.A., apontou como solução final, após um estudo sensato de outras alternativas, a construção de uma Sede Social de raiz. Apresentada esta nossa proposta ao Executivo, mereceu a mesma total aprovação, confirmada pelo Despacho n.º 134 de 30/11/87, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional.

«Salienta-se a sensibilidade da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, assumindo acompanhar todo este processo de construção da Nova Sede, concitando vários apoios para a execução da obra e pondo desde já à disposição da A.D.F.A., um subsídio de 10 mil contos destinado aos primeiros encargos.»

Em conferência de Imprensa DC reclamou Estatuto de parceiro social e tempo de antena para organizações de deficientes

Neste processo, continuou a Direcção Central a desenvolver vários contactos, com o objectivo de recolher apoios para a concretização deste projecto. «Nestas démarches, foi a Câmara Municipal de Lisboa, entendida como local privilegiado para exposição das nossas pretensões. Assim, em audiência com o Sr. Presidente da Câmara, foi-nos garantida a doação de um terreno, bem como, todo o apoio para a execução do projecto.»

«Reputamos este encontro de muito caloroso e digno, reafirmando o Sr. Eng.º Krus Abecasis o apreço pela A.D.F.A., em reconhecimento dos nossos sacrifícios quando ao serviço da Nação.»

«Não seria justo da nossa parte ignorar o apoio, compreensão e estímulo, que nos têm sido transmitidos pela Instituição Militar, com destaque para o Sr. Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, e o Sr. Chefe do Estado Maior do Exército.»

«Convictos de que este é o momento oportuno, torna-se imperioso assumirmos com audácia, mas de acordo, afinal, com a maneira de estar dos Deficientes das Forças Armadas na Sociedade Portuguesa dos nossos dias», concluíram.

Apelo aos sócios
Ainda a respeito da nova sede, a DC dirigiu uma palavra muito espe-

cial aos sócios sobre o momento de construção do futuro que começou:

«Apelamos aos sócios da A.D.F.A., neste momento de importância capital para a nossa organização, que, para a execução desta tarefa, se exige de todos nós uma participação activa, espírito de militância, redobrando todas as nossas energias neste importante acto associativo.»

Política nacional de reabilitação

O último ponto agendado para esta conferência de Imprensa era a Lei Base da Reabilitação e as medidas concretas a propor ao Governo.

«A Reabilitação — afirmaram os elementos da DC — é um processo contínuo e interminável», sublinhando que a ADFA privilegia a participação das associações de e para deficientes como pedra fulcral desse processo.

«Discute-se neste momento a Proposta de Lei Base da Reabilitação no SNR, fórum vocacionado para definir, planear e coordenar a política nacional de reabilitação, peça essencial para responder aos anseios de mais um milhão de pessoas deficientes em Portugal. Pensamos que depois de ser aprovado o documento «Contributo Para uma Política Nacio-

nal de Reabilitação», pelo Conselho Nacional de Reabilitação, Órgão do S.N.R., onde têm assento as Associações de e Para Deficientes, bem

como, os vários Departamentos Oficiais, e entregue ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, o documento que define, com clareza a política

lamentares, terá como objectivo sensibilizar os deputados para a premissa de assumir esta grande tarefa, suscitando-lhes a atenção para o

«AINDA HÁ MUITOS TABUS» DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS REIVINDICAM DIREITO DE ANTENA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas reivindica o direito de antena na televisão e na rádio. «Não pode haver uma política nacional de reabilitação sem uma política de comunicação social», afirmou o presidente da ADFA, Eduardo Mendes. «A comunicação social é o meio mais eficaz para a divulgação da realidade dos deficientes e para a sua integração social. Por isso, a ADFA reivindica o direito de antena na televisão e na rádio, bem como o direito de participação no Conselho de Concertação Social.»

Deficientes reivindicam

«Queremos fazer parte da concertação social. Ser um parceiro social é reconhecer a nossa situação de deficientes. A História tem de ser vista como um todo. Palavras do presidente da ADFA, Eduardo Mendes.

Deficientes exigem direitos

Deficientes das Forças Armadas exigem direitos de antena na rádio e na televisão. «A ADFA reivindica o direito de antena na rádio e na televisão, bem como o direito de participação no Conselho de Concertação Social.»

DEFICIENTES DAS FA QUEREM TER ASSENTO NA CONCERTAÇÃO SOCIAL

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ADFA, reivindica o direito de antena na rádio e na televisão, bem como o direito de participação no Conselho de Concertação Social. «A ADFA reivindica o direito de antena na rádio e na televisão, bem como o direito de participação no Conselho de Concertação Social.»

ADFA quer presença na Concertação Social

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ADFA, quer a sua presença na Concertação Social. «A ADFA quer a sua presença na Concertação Social, bem como o direito de antena na rádio e na televisão.»



Nacional de Reabilitação e enumera as respectivas medidas Sectoriais.

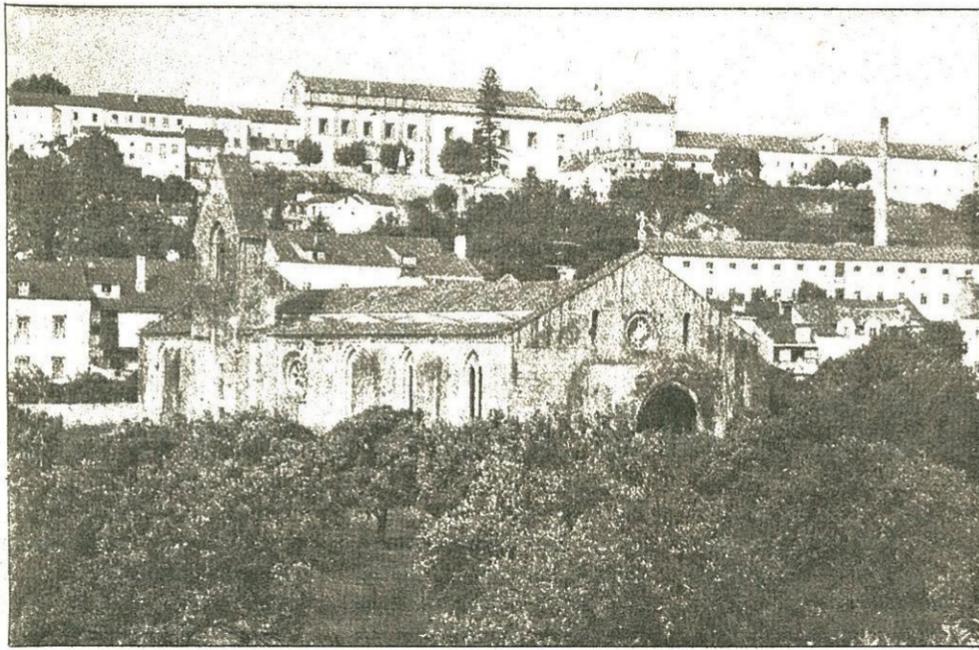
«Assim, chegou o momento de aprovação da Lei Base da Reabilitação, instrumento que se propõe definir princípios e conceitos e, o mais importante, corresponsabilizar os respectivos Ministérios pelas acções a desenvolver. Por parte da A.D.F.A. terá que se esperar uma actuação consciente mas acutilante, para que a Lei seja, o mais rapidamente possível, aprovada pelo Parlamento. Neste momento ao fazermos a divulgação pública de tais documentos (Lei Base da Reabilitação e Contributo Para uma Política Nacional de Reabilitação), e posteriormente, junto da Assembleia da República, através dos Grupos Par-

art.º 71.º da Constituição da República Portuguesa que diz:

- «1. Os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontram incapacitados.
- 2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.»

rar ou apagar parte dela. Nós, os Deficientes das Forças Armadas, somos personagens vivas dessa História; somos credores por parte da Nação de um reconhecimento digno. As questões ideológicas estão fora das nossas preocupações; exigimos dignidade, pois deficientes não nos cumprimento de um Dever ao Serviço da Pátria.»

Foi depois exposta em pormenor a situação da sede e feito o ponto às diligências em curso para a concretização de uma alternativa:
Sede: o grande desafio
«Um grande desafio nos propusemos assumir, quando em 24 de Outubro passado o Conselho Nacional da A.D.F.A., apontou como solução final, após um estudo sensato de outras alternativas, a construção de uma Sede Social de raiz. Apresentada esta nossa proposta ao Executivo, mereceu a mesma total aprovação, confirmada pelo Despacho n.º 134 de 30/11/87, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional.
«Salienta-se a sensibilidade da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, assumindo acompanhar todo este processo de construção da Nova Sede, concitando vários apoios para a execução da obra e pondo desde já à disposição da A.D.F.A., um subsídio de 10 mil contos destinados aos primeiros encargos.»



Coimbra: projecto piloto promove integração das pessoas deficientes

A cidade de Coimbra foi escolhida recentemente, pelo Secretário Nacional de Reabilitação, como representante do nosso País no Projecto de Região da Comunidade Económica Europeia (District Project), passando assim a integrar a estrutura piloto deste projecto, que em consequência da adesão de Portugal e Espanha a CEE engloba hoje 19 cidades europeias dispersas pela Comunidade. O objectivo principal deste projecto é o de promover a integração económica e social das pessoas deficientes.

As medidas práticas a implementar por cada região, quer no que diz respeito às actividades de coordenação, quer no que se relaciona especificamente com a formação e demonstração, não podem todavia ser decididas conjuntamente a nível europeu, devendo obviamente variar em função das possibilidades, necessidades, realidades e especificidades locais. A cada distrito é assim permitido conceber, animar e valorizar o seu próprio projecto de uma forma autónoma.

As regiões participantes nesta rede comunitária terão no entanto, tarefas e objectivos fundamentais comuns, havendo por isso toda a vantagem em aplicar um mesmo conjunto de instrumentos de acção, de forma a proporcionar à comunidade uma análise comparativa dos principais problemas relacionados com a con-

cepção e execução das medidas inovadoras.

Para superintender o projecto foi criado um comité consultivo local, que integra representantes dos serviços oficiais locais, representativos dos ministérios envolvidos de certa forma na problemática da deficiência, representantes de instituições particulares de solidariedade social, dos parceiros sociais e inevitavelmente pessoas deficientes.

Baseado sempre num intenso intercâmbio de informação e experiências entre as diversas regiões, este projecto integrará como elementos principais o levantamento das necessidades, a coordenação dos serviços oficiais, serviços particulares e dos parceiros sociais, a melhoria da eficácia na utilização dos recursos, a participação dos deficientes nas decisões e actividades que lhe dizem respeito e ainda orientações ade-

quadas para acções futuras.

Educação

1 — Entendeu-se como prioritário neste grupo definir o percurso, a avaliação, o diagnóstico e o encaminhamento de pessoas com necessidades educativas especiais. Neste sentido promover-se-á a criação de equipas multinacionais aproveitando os recursos humanos localmente disponíveis.

2 — Esta acção no entanto só poderá revestir-se de eficácia se for proporcionada aos agentes educativos uma formação complementar adequada ou, caso possível, uma inscrição curricular obrigatória na Escola Superior de Educação de matérias específicas às áreas da deficiência.

3 — A terceira linha de actuação consistirá na inventariação dos meios humanos e materiais disponíveis quer nas instituições quer nos serviços oficiais de educação e emprego, no sentido de proporcionar uma utilização otimizada destes meios.

Como medidas imediatas propôs-se este grupo realizar:

— CE inventário dos espaços físicos com disponibilidade para a promoção

de turmas piloto de ensino especial que numa primeira fase sigam a seguinte tramitação:

— Escolha de cinco locais piloto onde desde logo se possa promover a partilha de espaços físicos desportivos e lúdicos existentes.

— Definição de equipas multiprofissionais que caracterizem cada um dos elementos da turma de educação especial e das formas de actuação mais convenientes que para cada caso se determinarem.

Formação Profissional

1 — Uma primeira preocupação referida foi

a do banco de próteses do Hospital dos Capuchos. Entendeu-se que o centralismo a que todo o fornecimento de próteses tem estado sujeito necessita de ser rapidamente alterado.

2 — A falta de um Centro de Reabilitação Profissional e de Emprego na área do distrito de Coimbra foi também referida como tornando difícil a reabilitação profissional de deficientes quer na área do IIEFP quer da Segurança Social. Neste sentido pensou-se na criação de um Gabinete de Atendimento à Colocação de Deficientes. Como acção imediata propôs-se à CM Coimbra a afectação dos vários quiosques a implantar na cidade ao Projecto Distrito.

Este grupo de trabalho realizara desde já:

— Coleccionar toda a informação disponível respeitante aos apoios e direitos dos deficientes especificamente na promoção de emprego e da formação profissional. Esta documentação será tratada e divulgada de forma conveniente.

— Inventariar possíveis candidatos deficientes para exploração dos quiosques a instalar em Coimbra ao abrigo dos normativos existentes nomeadamente do DL 52/82.

Relações Pessoa-Família-Comunidade

1 — Neste domínio entendeu-se ser prioritário o fomento de acções de voluntariado social quer para o apoio às áreas residenciais de deficientes quer através das suas modalidades amas, colocações familiares, equipas de voluntários, etc...

2 — Entendeu-se ainda ser de dinamizar um projecto articulado de serviços tendo ficado para a próxima reunião a apresentação de um texto base de discussão.

Atendendo à natureza heterogénea dos problemas abarcados por este

grupo, foram propostas as seguintes acções:

— criação de um subgrupo composto por elementos da Saúde e Segurança Social com o objectivo de estudar as formas de intervenção integradas no âmbito deste grupo de trabalho.

— abordagem dos comerciantes da baixa de Coimbra no intuito de saber da sua receptividade e realização de futuras obras de adaptação nas respectivas casas comerciais.

— polarizar equipas de voluntários no âmbito dos programas OTJ e OTL para a dinamização de ac-

projecto das carrinhas de modo a permitir-lhe uma maior área de intervenção. Decidiu-se contactar os SMTUC para apoiar esta iniciativa.

Inventariaram-se três acções a desenvolver desde já:

— Os SMTUC adaptarão o programa de transportes de deficientes no sentido de satisfazer um maior número de utentes nomeadamente os que frequentam o ensino básico e secundário.

— Promover-se-ão desde já contactos com a Biblioteca Municipal de Coimbra para a implementação da secção de Braille e fonoteca.

— Enquanto se aguardam as informações técnicas para eliminação das barreiras arquitectónicas na baixa de Coimbra, entendeu-se desde já que seria possível uma intervenção ao nível da adaptação dos semáforos existentes de forma a proporcionar um melhor apoio ao cidadão invisível. Os contactos a estabelecer serão efectuados pelo Serviço de Transportes da CMC.

Desportos e lazer

1 — Torna-se urgente saber os espaços disponíveis para a realização de actividades nestas áreas. Neste sentido e em próxima reunião esses dados poderão já estar disponíveis.

2 — Entendeu-se que como passo subsequente urge dinamizar um gabinete de atendimento e orientação dos deficientes que queiram participar em actividades desta natureza.

3 — Foi entendido como possível a realização em Coimbra para o próximo ano dos Jogos Olímpicos para Deficientes aos quais o projecto distrito poderá dar apoio bem como desenvolver actividades complementares.

— Foram dados a conhecer os meios materiais e humanos que o FAOJ tem disponíveis para a prossecução de um trabalho de informação e encaminhamento dos deficientes, bem como para o desenvolvimento de actividades recreativas.

— No que diz respeito a DGD tomamos conhecimento da sua disponibilidade no campo da formação e do apoio técnico a acções desportivas. Esta organização fornecerá à equipa do projecto a carta dos espaços desportivos existentes no concelho.

— Procedeu-se à criação de um subgrupo para contactar os professores de ginástica das escolas e instituições no sentido de estes definirem dentro da área do desporto as necessidades mais imediatas a suprir no domínio.

Sócios falecidos

CARLOS FERREIRA BENTO, sócio n.º 3914, natural da Lourinhã e residente em Linda-a-Velha, Carnaxide, faleceu no dia 1 de Fevereiro último de causa indeterminada.

Era deficiente das Forças Armadas com sessenta e cinco por cento de desvalorização vítima de uma mina antipessoal, em Moçambique.

Deixa viúva a Sr.ª D. Lucinda Maria Bento.

ANTÓNIO ARAÚJO FERNANDES, sócio

5331, natural de Vieira do Minho e residente no concelho de Loures, faleceu no passado dia 16 de Janeiro vítima de cirrose hepática.

Era deficiente das Forças Armadas, em virtude de ter contraído uma doença pulmonar, não lhe tendo sido atribuído grau de incapacidade.

Contava 37 anos à data do falecimento.

DOMINGOS MACHEIRO DE FARIA, sócio n.º 1119, natural e residente no distrito de

Braga faleceu em Janeiro último de causa indeterminada.

Era deficiente das Forças Armadas com 85 por cento de desvalorização, vítima de uma granada de bazuca aquando de um ataque ao aquartelamento de que lhe resultou a amputação da perna direita.

Deixa viúva a Sr.ª D. Custódia Ramos da Costa.

AOS FAMILIARES E AMIGOS destes nossos associados apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Natal

Ainda meio ensonado, abri a torneira da água fria, preparando-me para o banho matinal. O contacto do líquido com a pele do meu corpo fez-me estremecer da cabeça aos pés. Com o ar a faltar-me, tentei descobrir a torneira da água quente, apalmando sofregadamente as paredes que cercam a banheira. Finalmente descoberta, desapertei a torneira de água quente, enquanto tiritava de frio. Senti de repente, uma corrente quente envolver-me.

É um hábito diário, masoquista talvez, mas de que não consigo desligar-me. Antes da água quente, sinto uma necessidade incontrolável de que um bom repucho de água fria me invada o sentidos. É no fundo, uma forma como qualquer outra de começar todos os dias o preenchimento do resto da minha existência, como se em cada manhã eu precisasse de curar a ressaca do dia anterior. Refeito do choque inicial, deixo que a água tépida me escorra por toda a superfície epidérmica. Ritual diário que não me canso de repetir. Fechadas as torneiras, dou finalmente atenção ao pequeno transistor, meu companheiro inseparável no banho matinal. Olhando para o espelho ainda meio coberto de vapor, procuro distinguir as vozes saídas do pequeno aparelho. A espuma do sabonete ainda me corre pela pele, quando a voz do locutor informa que o bispo auxiliar de Braga lançara um alerta: No Minho há populações com fome, e muitas crianças continuam a trabalhar de sol a sol, pela simples razão de que os pais precisam desesperadamente dos parcos frutos do seu trabalho para sobreviverem!...

O arrepio que senti, já não era da água fria. Estremeci violentamente, enquanto procurava continuar a ouvir o locutor. O meu pensamento voou no tempo e levou-me às declarações não muito distantes de um outro clérigo de outra cidade portuguesa, que também veio dizer a público que na área da sua diocese a fome andava à solta, que o desemprego aumentava e a miséria estendia-se de casa em casa. Puxei as cortinas da banheira e à memória vieram-me as imagens de garotos que andam pelas ruas das cidades a vender pensos e pedir esmola, de cegos com viola e acordeon na esquinas das igrejas e centros comerciais, e deficientes que expõem as suas mazelas aos passantes, com uma boina ou

pedaço de vestuário meio rasgado estendidos no chão sujo da calçada, onde brilham de quando em vez o reflexo da caridadezinha. Olhei novamente para o espelho, fixando os pelos da barba que de seguida iria cortar. É o pensamento teimoso levou-me agora a outros locais da cidade onde foram colocadas árvores de natal, junto às quais as pessoas de bom coração iriam colocar roupas, brinquedos e outras coisas; enfim. Tudo o que lá houvesse em casa e que a família já não quisesse. Tal gesto cristão terá alguns méritos! Transformará coisas inúteis para alguns, em algo utilíssimo para os pobrezinhos a quem serão oferecidas, tranquilizando assim consciências, sendo assim um bom investimento, pois como se sabe, quem dá aos pobres empresta a Deus, o qual não se esquecerá com certeza de tão puros beneméritos, e na sua infinita justiça não deixará de ter tais actos em conta no seu juízo final.

Acabei então de expulsar os últimos pelos da cara, e lembrei-me do mês de Dezembro. Ouvimos muitas histórias de natal, todos fomos muito amigos todos nos lembrámos que somos irmãos, e até se fizeram intervalos nas guerras. Comerciantes esfregaram as mãos de contentes. Os pobrezinhos, e mesmo os remediados, também as esfregaram, mas estes para ver se afugentavam o frio cortante dos dias e noites de Dezembro. No ar, por todo o lado ouviram-se os sons celestiais dos coros de natal, e as crianças lá passaram aquela noite em claro até ao despontar do dia de natal esperando desesperadamente a hora de tocar a mercadoria que o simpático velhote vestido de vermelho e barbas brancas lhe deixou no sapatinho estrategicamente colocado junto à árvore de natal.

A televisão mostrou mais uma vez os nossos governantes na missa do galo. Passados quase dois meses desde o natal, os preços aumentaram, os salários desceram, a corrupção mantém-se, a guerra continua cada vez mais sofisticada. Os ricos continuam mais ricos e os pobres mais pobres. Mas que queria eu?! Os milagres estão pela hora da morte, e se não fosse assim, como poderiam os senhores e as senhoras de bom coração mostrar o seu amor ao próximo?

Assim é que está bem. Para o ano há mais natal.

José Martins Maia

O psiquiatra dr. Afonso de Albuquerque vai passar a prestar colaboração à ADFA, colocando-se à disposição dos nossos associados com uma consulta semanal de especialidade, a ter lugar na sede, a partir de 1 de Março e exclusivamente destinada aos sócios. Em simultâneo, duas psicólogas do serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos — chefiado pelo dr. Afonso de Albuquerque — irão orientar sessões de análise em grupo, com a finalidade de estudar a situação e prestar auxílio em casos de stress pós-traumático resultante da exposição à experiência da guerra. É delas o texto que se segue:

«A guerra colonial dos anos 60 e 70» era algo que se fazia sentir como um pesadelo sobre todos os jovens da altura; a sua juventude era interrompida e a sua vida alterada, tanto a nível familiar como social.

«A morte pairava no ar, pois partiam milhares de jovens para a guerra, dos quais uns voltavam enquanto outros ficavam em África para sempre.

Atraso na emissão dos cartões da ADME

A Repartição da Assistência na Doença divulgou novas normas com vista a ultrapassar os atrasos que se verificam no processo de substituição dos cartões anteriores da ADME (amarelos) pelos novos (brancos e emitidos por computador).

Com efeito, a necessidade de substituir os cartões de todos os beneficiários, com colagem de fotografia e plastificação, aliada ao facto de grande parte dos utentes ter aproveitado o prazo até ao limite, está a criar dificuldades aos serviços, de que «estão a resultar situações que ocasionarão os mais diversos transtornos aos beneficiários se não forem desde já tomadas medidas que permitam ultrapassar o panorama actual».

Uma nota circular daquela Repartição estabelece que, «com o objectivo de resolver a situação criada, com toda a urgência e com o mínimo de transtornos possíveis, foi solicitada autorização superior para o envio separado às Un/Est./Org. dos cartões emitidos e das fotografias por elas remetidas à DSF, solicitando-lhes que providenciem a

Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos colabora com a ADFA

«Aqueles que voltaram, têm ainda muitas recordações: bons tempos de camaradagem e maus dias de combate, imagens que prefeririam apagar, mas permanecem como pesadelo constante que ainda hoje transtorna as suas vidas.

«É para aqueles que actualmente se sentem afectados de alguma forma por aquilo que viveram na guerra, desadaptados, e sem conseguir voltar a ser o que, no passado, tinham sido, que se dirige o trabalho das psicólogas Antónia Maria Fernandes e Edite Saraiva.

«Com este trabalho pretendemos ajudar indivíduos ex-combatentes que de alguma forma creiam beneficiar com o mesmo e compreender melhor aquilo que viveram.

«É um trabalho que pretende olhar o lado humano, o aspecto individual que a guerra encerra, normalmente esquecido.

«Não tendo sido realizado em Portugal nenhum estudo científico sobre as consequências a médio e longo prazo, em ex-combatentes da guerra colonial, é neste âmbito que pretendemos realizar o nosso trabalho, não só para confirmar ou infirmar hipóteses colocadas por trabalhos realizados noutros países como para contribuir para a melhoria do tratamento de que muitas pessoas ainda necessitam.»

Este trabalho foi projectado pelo dr. Afonso de Albuquerque psiquiatra licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, membro do Royal College of Psychiatrists da Grã-Bretanha e do Colégio de Psiquiatria da Ordem dos Médicos portuguesa e chefe dos Serviços de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos e, a par das consultas desse conceituado especialista, os sócios passarão a dispor igualmente, a partir

de 1 de Março, de consultas de psicologia, a cargo daquelas duas psicólogas estagiárias do serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos, com os seguintes horários:

Psicóloga Antónia Maria Fernandes: 2.^a e 4.^a -feiras às 10 horas.

Psicóloga Edite Saraiva: 2.^a-feiras das 15 às 17 horas.

«Pretendemos formar um grupo de ex-combatentes com o objectivo de tratar e estudar problemas relacionados com a experiência da guerra» — afirma as duas especialistas, que se propõem realizar sessões de análise de grupo semanalmente, nas instalações da ADFA, em colaboração com o serviço de Psicoterapia Comportamental do hospital em que trabalham.

O acesso a este grupo está aberto a todos os sócios que o desejem, mediante inscrição prévia junto dos serviços da sede — sr. Antunes.



Sangue gera polémica

O dr. Benvindo Justiça foi exonerado do cargo de Director do Instituto Nacional de Sangue, devido a declarações consideradas alarmistas feitas ao «Jornal de Notícias».

Devido à exoneração de que foi alvo o dr. Benvindo Justiça vai processar o Ministério da Saúde, visando uma indemnização por perdas e danos sofridos.

O ex-director do INS considera que, e passamos a citar, «não era um empregado da sr.^a dr.^a Leonor Beleza, mas estava antes, ao serviço do público, cujos interesses prevalecem relativamente aos de qualquer ministro.

A ministra da Saúde exonerou o dr. Justiça, segundo nota do Ministério da Saúde, por não ter conhecimento prévio das declarações feitas ao «Jornal de Notícias». O dr. Benjamin Justiça desmente a dr.^a Leonor Beleza afirmando que desde Outubro do ano passado

vem informando o secretário de Estado adjunto da ministra, Faria de Almeida, «sobre o estado caótico dos serviços de sangue hospitalares».

O dr. Justiça tem recebido o apoio de diversas instituições nomeadamente de organizações representativas de médicos, da União dos Heofliccos, da Federação dos Dadores Benévolos de Sangue e da Associação Portuguesa de Deficientes.

Estão neste momento a decorrer dois inquéritos, um mandado instaurar pelo próprio Ministério da Saúde, e outro pela Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos.

Esta situação é de preocupar seriamente os deficientes nomeadamente aqueles que necessitam constantemente de transfusões. É de lembrar que o ano passado morreu o Presidente da Associação dos Hemofilioccos vítima de SIDA que contraiu por transfusão sanguínea.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca Renault poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, no dia 5 de Mar-

ço das 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.



COIMBRA

A leitura para o deficiente visual

sua própria natureza, uma classe de indivíduos ficava fora de toda esta corrente de cultura e informação que perpassava pelos países da Europa e América. Os deficientes visuais averbavam no seu rol de limitações, mais uma, porventura a mais grave de todas, pois ela seria no futuro a origem de tantos impedimentos e incapacidades.

Mas o génio vive com o homem, no seu espírito e na sua capacidade de pensar, raramente na luz do olhar. E é tanto assim, que foi um cego francês, de seu nome Louis Braille, quem rompeu definitivamente com as trevas e abriu novos horizontes aos invisíveis, descobrindo um sistema de caracteres em relevo capaz de ser facilmente lido pelo tacto. Este sistema, vulgarmente conhecido com o nome do sistema Braille, assenta nas várias combinações possíveis dos seis pontos de um sinal base, e é inegavelmente a mais eficaz de todas as escritas destinadas a serem lidas pelo tacto. É aplicável a todo o tipo de sinais gráficos, sejam eles alfabéticos, numéricos, matemáticos, musicais ou de outra ordem. Tem alguns inconvenientes, entre os quais avultam os formatos demasiado volumosos que as obras atingem, e o

facto dos seus caracteres apresentarem uma forma radicalmente diferente da escrita comum, que os torna conhecidos de um número muito restrito de pessoas.

Com o aparecimento dos gravadores de som, e mais tarde, aproveitando o desenvolvimento tecnológico dos equipamentos electrónicos, e fazendo aplicações da informática, descobriram-se novas formas de leitura para os deficientes visuais. Paraphraseando Mc Luhan, podemos afirmar que os invisíveis entraram também na galáxia de Marconi.

O livro sonoro veio ocupar um papel de destaque na cultura e formação dos indivíduos cegos. Para alguns, incapazes ou impossibilitados de ler Braille, ele é um excelente sucedâneo. Para outros, ele aparece como alternativa de mais rápida produção e mais fácil acomodação. No entanto deve dizer-se que estes dois processos não se excluem. Antes pelo contrário. Eles são complemento um do outro. Não é aconselhável o recurso sistemático ao livro gravado, pois isso provocará uma formação lacunosa em determinadas áreas. Cabe aqui uma palavra de apreço relativamente ao jornal Elo, que em termos de publicação periódica, foi pioneiro na apresentação de um formato áudio.

A utilização de equipamentos electrónicos que permitem a leitura directa sobre textos em caracteres comuns é algo que está a iniciar-se em Portu-

gal. Permitem ainda outras aplicações que em muito facilitarão diversos enquadramentos profissionais a este tipo de deficientes, nomeadamente no campo da informática. É relativamente fácil precisar a importância de todo este processo evolutivo. O acesso à cultura e à informação, permitiu uma mais justa e adequada inserção sócio-económica dos deficientes visuais. Consciencializou-os dos seus direitos e deveres como cidadãos, permitiu-lhes interferirem

nos seus próprios destinos e traçar os rumos mais convenientes.

Não direi que a secção para deficientes visuais da Biblioteca Municipal de Coimbra, é mais uma biblioteca, especificamente destinada aos invisíveis. Em primeiro lugar, porque elas são escassas, como escassas são as obras Braille ou gravadas, e as que existem estão centralizadas em Lisboa e Porto. A descentralização será decerto uma medida ajustada. Por outro lado,

esta secção pretende ter uma dinâmica própria, ser actuante, não só oferecer cultura e informação, mas sobretudo provocar cultura e formação. Numa primeira manifestação destas actividades proporcionou em transporte da edilidade, viagem a Lisboa a nove deficientes visuais, facultando-lhes uma visita à I Exposição de Material Electrónico Braille, levada a cabo pela Associação Louis Braille.

José Guerra



UISEU

XIV Aniversário

Na Assembleia Geral da Delegação da ADFA Viseu, realizada no dia 13 de Fevereiro último, ficou decidido comemorar o XIV Aniversário da ADFA na cidade da Guarda.

O programa será:

— Manhã desportiva e recreativa.

— Almoço convívio.

— Tarde cultural.

Está já assegurado o transporte para todos os Deficientes e familiares directos que pretenderem deslocar-se da cidade de Viseu à cidade da Guarda.

A responsabilidade das Comerações é da Direcção do Núcleo da Guarda com o apoio dos Órgãos Sociais da Delegação de Viseu.

Vamos ainda diligenciar perante os Órgãos Centrais para que estas Comerações tenham um cunho nacional.

Assistência médica Núcleo de Guarda

De segunda-feira a sábado:

Clínica geral dr. João Salgueiro

As marcações devem

ser feitas através do telefone do núcleo — 29887.

Apoio médico — Viseu —

Os Órgãos Sociais da Delegação da ADFA de Viseu, empenharam-se à cerca de um ano na Assistência Médica aos associados e seus familiares directos.

Verifica-se neste momento por opinião do médico ortopedista dr. Idálio Braguês da Costa que muitos dos nossos sócios necessitam de fazer exercícios de recuperação funcional.

Estamos neste momento a desenvolver todos os esforços para que os sócios possam fazer recuperação funcional no Centro da Policlínica da Santa Cristina em Viseu, com a indicação e apoio do médico ortopedista.



PONTA DELGADA

Reunião com sócios em Vila do Porto

Uma comissão da delegação de Ponta Delgada constituída por Manuel Pereira de Medeiros e José Maria Soares, secretário da direcção e trabalhador dessa delegação, respectivamente, deslocou-se no final do ano à

Ilha de Santa Maria, onde realizou uma reunião de trabalho com os associados ali residentes, a qual teve lugar na sala de sessões da Câmara Municipal de Vila do Porto, gentilmente cedida para o efeito pelo presidente da Edilidade.

Durante a reunião, a par da prestação de infor-

mações várias, procedeu-se ao preenchimento de impressos e recolha de elementos para obtenção de novos cartões da ADME, tendo, na ocasião, sido prestados esclarecimentos aos associados sobre a forma de obter o recebimento de participações da ADME e nomeadamente, quanto aos documentos necessários para reaver a importância dos transportes em deslocamentos fora da ilha motivadas pela consulta e especialistas médicos não existentes em Santa Maria.

À sessão de trabalho seguiu-se um jantar de confraternização, num restaurante de Vila do Porto, o qual decorreu em ambiente muito agradável.



ÉVORA

DELEGAÇÃO DE ÉVORA — PARENTE POBRE OU ESQUECIDO, DA ADFA? — Estamos em crer que não. Sabemos das dificuldades com que se debate a nossa direcção central — Oramento de 88, Nova Sede, problemas de todas as delegações e núcleos, etc. Supomos também, que todos os DFA, neste momento, sabem os problemas que os novos corpos sociais da delegação de Évora enfrentam, para relançar o bom nome da ADFA na região, já não falando no descrédito que os próprios associados da delegação têm em relação a esta, e que esperamos, a pouco e pouco desaparecer. O que se passou foi

realmente muito grave. Por culpa de quem? Vale a pena remexer? Talvez não.

Teremos que realmente «começar de novo», lema dos corpos sociais da delegação, eleitos a 4 de Julho de 87. No entanto nada pode a direcção da delegação fazer, sem o apoio dos seus sócios e da direcção central. A degradação das possibilidades de convívio da nossa delegação é um facto. Esteve fechada muito tempo! Houve frigorífico, máquina de café, televisão, transporte, enfim tudo ou quase tudo. Hoje nada existe! Porquê?! Alguém saberá...

Esgotamos as possibilidades de pedir à direcção

central, a ajuda mínima, frigorífico e máquina de café. Informaram-nos que só o nosso conselho nacional é órgão capaz de o poder autorizar. Até lá nada! Perguntamos: «e se o CN disser que não?». Responderemos. «E o que havia, avariado ou não, para onde foi? Responsabilidades?».

Resta-nos apelar através do nosso jornal, para que os sócios da nossa delegação nos acompanhem e ajudem com as propostas que entenderem. Visitem-nos! Estamos a funcionar mal, mas estamos nas horas de expediente e às sextas-feiras das 20.30 às 23.00.

Aproveitamos para desejar a todos os DFA «um Bom Ano 88, já que o da delegação e seus associados, não tem sido o melhor, embora menos mau que 87.

A DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO DE ÉVORA
Manuel Teixeira Gil e
João Carlos Figueiredo Nobre

JÚLIO BARBOSA
MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças aparelho digestivo

Endoscopia digestiva

POLICLÍNICA S.ª DOS REMÉDIOS

Av. 5 de Outubro — Tel. 63 120

5100 LAMEGO

CONSULTÓRIO:

Av. Alberto Sampaio, 81, 1.ª Dt.ª — Tel. 22 490

3500 VISEU

ESTABELECIMENTO

Katy

ANTÓNIO CAMPOS MESQUITA

CALÇADO PARA: HOMEM — SENHORA — CRIANÇA

Rua Direita, 64 — Telef. 231 23
3500 VISEU

DESCONTOS AOS SÓCIOS DA ADFA

E. B. ELECTRO-BRUSANA
ELECTRODOMÉSTICOS
VENDA E REPARAÇÕES DE ELECTRODOMÉSTICOS
PINTURAS E PLASTIFICAÇÕES

Facilidades de pagamento aos sócios da ADFA

Av. João Paulo II, Zona J de Chelas
Lote 541 — Loja A — 1900 LISBOA
(Junto à Escola Primária)

Telef. 85 20 35

Lar de Runa vai funcionar como centro de repouso

Tem vindo a verificar-se um interesse crescente pelos Centros de Repouso dos Serviços Sociais das Forças Armadas por parte de beneficiários com mais de 55 anos de idade ou na situação de reformados, para neles passarem alguns períodos de salutar repouso.

Por outro lado a proximidade de Runa às Termas dos Cucos favorece aqueles que as pretendam utilizar como tratamento. Com vista a ir de encontro aos aspectos referidos proporcionando em boas condições e ao maior número possível de beneficiários uma estadia, a comissão directiva dos SSFA deliberou por despacho de 28 de Janeiro de 88 e a título experimental utilizar o Lar de Veteranos Militares (LVM) situado em Runa, como Centro de Repouso, sem prejuízo da missão que àquele é atribuída pelo decreto 46 317 de 29 de Abril de 1965. (Regulamento do Lar de Veteranos Militares).

A frequência deste Centro está aberta a to-

dos os beneficiários com mais de 55 anos de idade e reformados de qualquer idade, casais ou singulares, desde que possuam ainda condições físicas que não obriguem à prestação de assistência especial que transcenda as limitadas possibilidades do LVM quer em assistência médica quer em enfermagem.

Os beneficiários poderão inscrever-se para dois turnos por ano. Porém, no caso de inscrição para dois turnos consecutivos, a pretensão para o segundo só será atendida se houver vagas depois de satisfeitas as inscrições de outros beneficiários.

Poderão ainda a título muito excepcional frequentar o Centro de Repouso pessoas para acom-

panhar os beneficiários, a solicitação destes, desde que não haja prejuízo para outros beneficiários, existam vagas e os beneficiários que inscreveram os acompanhantes do mesmo sexo recebam subsídio especial para Idosos

Têm preferência os beneficiários inscritos que pretendam utilizar as termas dos Cucos e que apresentem documento médico justificativo.

No caso de não existirem beneficiários para tratamento termal e nem



(Turnos de funcionamento do Centro de Repouso do Lar de Veteranos Militares (LVM) em Runa) à circular n.º 5 P.º 01.07.08

de 1 Fev. 88 da 3.ª Rep./SSFA para vigorar em 1988.

TURNOS PARA 1988

N.º de Ordem	Início	Fim	Duração (Dias)
1.º	2 MAR	15 MAR	13
2.º	17 MAR	30 MAR	13
3.º	4 MAR	18 ABR	14
4.º	20 ABR	3 MAI	13
5.º	5 MAI	18 MAI	13
6.º	20 MAI	3 JUN	14
7.º	6 JUN	20 JUN	14
8.º	22 JUN	5 JUL	13
9.º	7 JUL	20 JUL	13
10.º	22 JUL	4 AGO	13
11.º	8 AGO	22 AGO	14
12.º	24 AGO	6 SET	13
13.º	8 SET	21 OUT	13
14.º	23 SET	6 OUT	13
15.º	10 OUT	24 OUT	14
16.º	26 OUT	8 NOV	13
17.º	10 NOV	23 NOV	13

O início indicado para qualquer turno considera-se a partir da 2.ª refeição do dia mencionado, tendo os beneficiários já direito à mesma. A saída dos beneficiários do Centro de Repouso verificar-se-á a seguir à primeira refeição do dia indicado para o fim do turno.

ou mesmo não recebendo este subsídio, a Repartição de Acção Social dos SSFA reconheça que os beneficiários necessitam de ser acompanhados.

Em qualquer dos casos, os beneficiários e os acompanhantes inscritos deverão obedecer estritamente aos requisitos acima exigidos sobre condições físicas e não poderão perturbar, por qualquer forma o normal funcionamento dos serviços do Lar de Veteranos Militares.

Os turnos de funcionamento do Centro de Repouso têm a duração de 13/14 dias, levando-se a efeito, em princípio dois turnos por mês, a partir de Março de cada ano e até Novembro (inclusive).

com mais de 55 anos referidos à data de início do turno que desejam frequentar ou reformados de qualquer idade para ocuparem todas as vagas dos turnos nas condições referidas, serão os mesmos completados por beneficiários e seus agregados familiares de qualquer idade.

Sem prejuízo dos beneficiários frequentando o Centro de Repouso, a direcção do LVM poderá aceitar beneficiários em regime de messe.

Inscrições

Os beneficiários que desejarem inscreverem-se para a frequência do Centro de Repouso, deverão remeter à 3.ª Rep./SSFA (Rua Pedro Nunes, n.º 8-

-1097 Lisboa Codex) directamente ou por intermédio da Unidade, Estabelecimento ou Departamento Militar a que pertençam ou das respectivas delegações dos SSFA, o boletim de inscrição.

Os boletins de inscrição deverão dar entrada na 3.ª Rep./SSFA *impreterivelmente* até ao dia 15 do mês anterior ao mês do início do turno para o qual os beneficiários pretendam inscrever-se.

SSFA ou suas delegações podendo ainda ser reproduzidos nas Unidades ou outros órgãos militares para distribuição aos beneficiários interessados.

Os beneficiários a quem couber a admissão ao Centro de Repouso receberão da 3.ª Rep./SSFA, até ao dia 25 do mês da inscrição, informação por escrito, telefónica ou comunicação telegráfica do turno que lhes for atribuído.

A 3.ª Rep./SSFA comunicará ao Centro de Repouso do LVM (Runa) até ao dia 28 de cada mês, os nomes dos beneficiários que constituirão os turnos do mês seguinte.

Os beneficiários que pretendam desistir da sua inscrição deverão comunicar o facto à 3.ª Rep./SSFA para não prejudicar aqueles que eventualmente se encontrem em lista de espera.

Encargos

As despesas com a estadia no Centro de Repouso serão liquidadas directamente pelos beneficiários no LVM.

Os preços relativos à diária a pagar pelos beneficiários em função da capitação dos respectivos agregados familiares são os constantes das tabelas em vigor que, em princípio, são difundidos no início de cada ano, podendo os mesmos ser alterados sempre que as circunstâncias o impuserem.

PREÇOS (TABELA) PARA OS BENEFICIÁRIOS INTEGRADOS NOS TURNOS DE 13/14 DIAS DO CENTRO DE REPOUSO

N.º	CAPITAÇÕES (Escalões)	DIÁRIA (c)
1.º	Até 5 901\$00	450\$00
2.º	De 5 901\$00 a 7 100\$00	495\$00
3.º	De 7 101\$00 a 8 300\$00	540\$00
4.º	De 8 301\$00 a 9 500\$00	585\$00
5.º	De 9 501\$00 a 11 900\$00	650\$00
6.º	De 11 901\$00 a 11 900\$00	720\$00
7.º	De 14 901\$00 a 17 800\$00	810\$00
8.º	Superior a 17 800\$00	900\$00

(c) As crianças c/menos de 10 anos utilizando o quarto dos pais pagam 15% da diária e utilizando quarto separado pagam 65% da diária.

C. PREÇOS PARA NÃO BENEFICIÁRIOS (POR CONVITES) DOBRO DOS PREÇOS ESTABELECIDOS PARA O REGIME DE MESSE

D. Os beneficiários que desejarem utilizar o LVM (Runa) em regime de messe deverão contactar aquele Lar pelo telefone (861) 23645 ou 23644 ou pelo endereço postal Lar de Veteranos Militares 2575 Runa.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

VISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral / Dr. Jorge Silva Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso	15.30 h. 17 horas
TERÇAS:	Gastroenterologia / (EXAMES) / Dr. Júlio Barbosa Ortopedia / Dr. Idália Braguês da Costa Clínica Geral / Dr. Jorge Silva	14 horas 15 horas 15.20 h.
QUARTAS:	Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso Clínica Geral / Dr. Jorge Silva	17 horas 15.20 h.
QUINTAS:	Ortopedia / Dr. Idália Braguês da Costa	15 horas
SEXTAS:	Psiquiatria / Dr. José Luís Clínica Geral / Dr. Jorge Silva Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso	14 horas 15.30 h. 17 horas
SÁBADOS:	Clínica Geral / Dr. António José Namorado	10 horas

Os Associados devem marcar antecipadamente a consulta na Delegação ou através do telefone 27645.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA	Consulta e tratamento, quartas e sextas-feiras, das 10 às 13 horas
OSTEOPATIA: Dr. Borges de Sousa	Quartas e sextas-feiras às 10 horas
PSICOLOGIA: Antónia Maria Fernandes Edite Saraiva	Segundas e quartas-feiras às 10 horas Segundas, das 15 às 17 horas

DESporto

DESporto
DESporto
DESporto



Embora ainda não esteja integralmente concluído o processo legal de constituição da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, a respectiva Comissão Instaladora tem já na forja para breve a realização de campeonatos nacionais nas modalidades de Atletismo e Natação que irão reunir atletas portadores de vários tipos de deficiências a partir da idade de 15 anos.

Esta primeira prova de fogo da Federação vai ser precedida pela realização de campeonatos distritais dessas modalidades, organizados respectivamente pelo Grupo Recreativo e Desportivo «A Joanita» (atletismo) e pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD) (natação), em colaboração com outras entidades.

Assim, os I Campeonatos Distritais de Atletismo, para deficientes motores e deficientes visuais, vão ter lugar já no próximo mês de Maio, seguindo-se-lhes, em Junho e Julho, os Campeonatos Nacionais.

As inscrições provisórias deverão ser feitas até final de Março nas associações organizadoras ou nos serviços de desporto da ADFA.

Está assim a ser dado o primeiro passo para superar a improvisação que tem sido factor de grande desgaste quer entre atletas quer entre os técnicos e animadores, complementando a necessária feição recreativa da prática desportiva com uma desejável dimensão competitiva, só possível se formos evoluindo para formas mais avançadas de organização e que tenham em conta as realidades portuguesas, abarcando as três grandes áreas da deficiência: motora, sensorial e mental.

APPC prepara-se para os Jogos Olímpicos

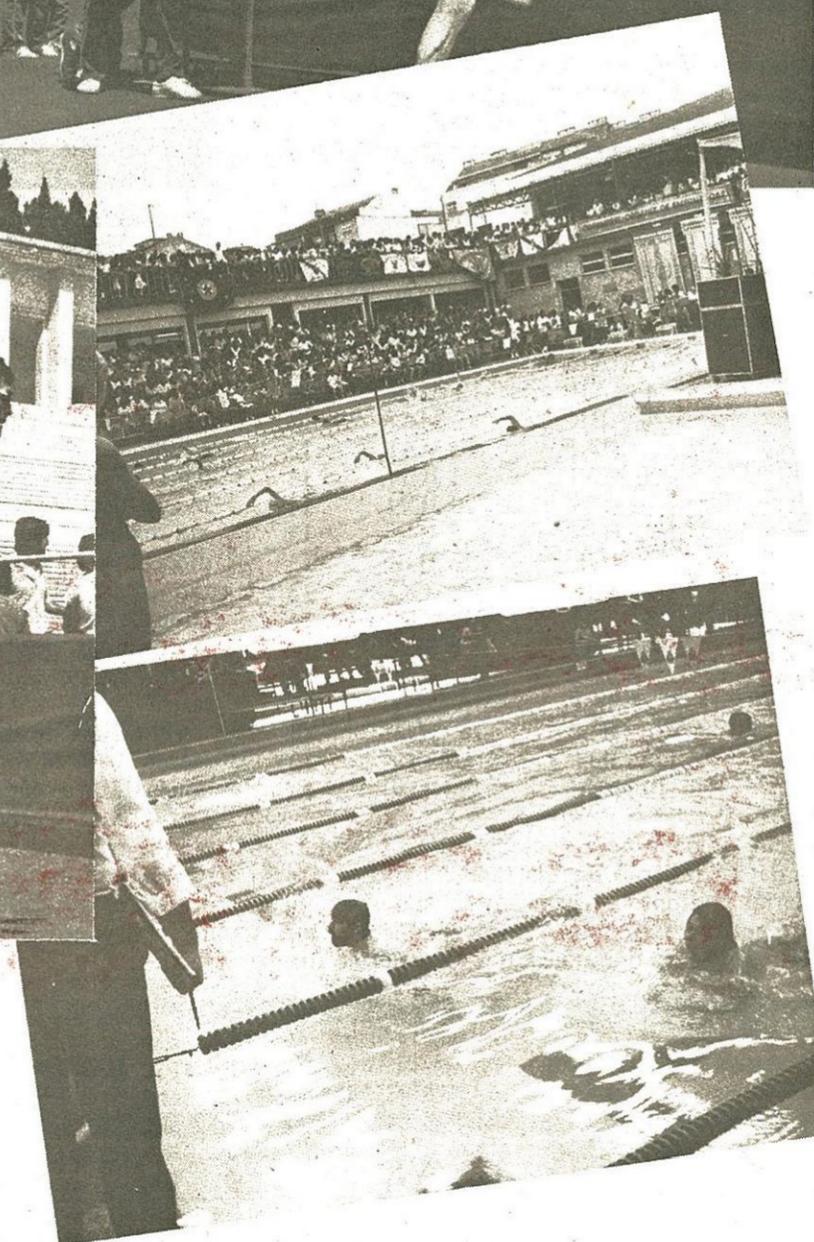
A Associação Portuguesa da Paralisia Cerebral (APPC) vai realizar campeonatos nacionais a fim de rodar os seus atletas e conseguir tempos e marcas para os próximos Jogos Olímpicos, fazendo assim juz às provas já dadas anteriormente no trabalho desportivo com atletas portadores dessa deficiência e que lhe valeu presenças condignas em anteriores Jogos Olímpicos.

Natação — Aviso

Avisam-se todos os atletas da equipa de Natação da ADFA de que devem contactar a Sede a fim de serem informados sobre a marcação de inspecções no Centro de Medicina Desportiva.



Desporto: uma frente privilegiada na integração social da pessoa deficiente



III Congresso: os caminhos da ADFA

Vai realizar-se, ainda este ano, o III Congresso da ADFA sob o lema «Uma Sociedade para Todos», dando corpo ao princípio «TOTAL PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE», proclamado pelas Nações Unidas para a Década da Reabilitação que estamos a viver.

Irá ser este um ponto alto de dinamização da nossa vida associativa, assim como um grande

período de reflexão e análise das questões da Reabilitação.

A sua realização prevê-se para princípios de Dezembro e o local será Lisboa.

III Congresso apontará os caminhos para a ADFA moderna que queremos construir, sempre de acordo com a realidade norteadora de toda a nossa acção: os Deficientes das Forças Armadas.